

**ENTREVISTA JOÃO ANTONIO DE MORAES**

## CPI da Petrobras é mais uma tentativa de privatizar a riqueza brasileira

**Interesses político-partidários e econômicos acreditam que podem se colocar à frente da nação.**

O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), *João Antonio de Moraes*, em entrevista ao Jornal da Fisenge fala sobre a CPI da Petrobras e quais os principais interesses que estão por trás da manobra. Para Moraes, a “CPI é apenas um palco para as disputas políticas”.

### Jornal da Fisenge - Que disputas estão por trás da CPI da Petrobras?

Moraes - Existem várias disputas. A primeira delas é pelo próprio petróleo. A CPI tem o objetivo de acuar a Petrobras e os movimentos sociais que lutam pela soberania nacional. Além disso, também há a disputa eleitoral. No entanto, eu não acredito que seja uma disputa meramente eleitoral, pois a Petrobras anunciou a descoberta do pré-sal, maior reserva petrolífera. E o pré-sal, hoje, significa um outro Brasil, já que o controle do petróleo é a maior das disputas. A CPI é apenas um palco para as disputas políticas.

### Por que a iniciativa partiu da direita e qual o posicionamento da esquerda em relação a esse fato?

É natural que essa decisão parta da direita, pois, historicamente, a direita sempre atacou a Petrobras, desde o início da campanha “O Petróleo é nosso”. E sabemos que este setor conservador não tem projeto de país e atende aos interesses externos. No campo da esquerda temos construído unidade, pois a CPI está mobilizando setores de toda a esquerda. Já tivemos manifestações nacionais pela defesa da Petrobras. É muito importante nesse momento construir unidade na esquerda.

### A CPI pode ser considerada uma tentativa de privatização total da Petrobras por parte da direita?

Quando os tucanos estiveram à frente de nosso País sempre quiseram a privatização total da Petrobras. Eles privatizaram tudo o que podiam e o que não deviam. E, hoje, há um grande descontentamento pela volta da Petrobras ao setor petroquímico. Basta nos lembrarmos quando houve uma mobilização da direita para mudar o nome da

Petrobras, algo que simbolizaria a perda da soberania nacional. Combater a privatização é uma luta permanente.

### Os movimentos sociais e a esquerda se uniram contra a CPI. Qual o posicionamento nacional da FUP?

A FUP se manifesta contrária à CPI. Nós lutamos por uma nova lei do petróleo que garanta soberania nacional, a utilização dos recursos para pagamento da dívida social, o restabelecimento do monopólio estatal do petróleo e, para isso, a Petrobras tem que ser 100% pública. Nós defendemos um projeto que garanta controle social do petróleo e atenda às necessidades do povo brasileiro. E a CPI ataca diretamente a defesa do petróleo enquanto soberania nacional. Não somos somente contra a CPI. Acreditamos na transparência e acreditamos que a Petrobras tem estrutura para responder a tais questionamentos fora de uma CPI.

### Em relação à Petrobras, quais são as principais bandeiras da FUP?

Defendemos uma Petrobras 100% pública com controle social, ou seja, a oportunidade dos trabalhadores elegerem um representante no conselho administrativo, exercendo assim, o monopólio estatal do petróleo. Também é necessário lutar pela preservação ambiental, pois sem uma forte regulação do Estado, não haverá possibilidade de sustentabilidade ambiental.

### Quais as consequências de uma CPI em um momento tão delicado de crise econômica mundial?

A disputa política partidária é natural. O problema é priorizar a CPI na atual conjuntura. Vivemos uma crise econômica e o Brasil já está saindo dela. A CPI paralisa um instrumento de investimento e impulso econômico e finan-



**“Combater a privatização é uma luta permanente (...) É muito importante, nesse momento, construir unidade na esquerda”**

**João Antônio de Moraes**

ceiro que é a Petrobras, pois representa 10% do PIB e 50% do PAC. Atacar a Petrobras nesse momento é um desserviço à nação. A CPI pode mergulhar o Brasil na crise ou não deixá-lo sair.

### Com a CPI, que rumo a exploração do pré-sal tomará?

Estamos no auge da discussão do pré-sal. As multinacionais já ganharam áreas para exploração do pré-sal. Paralisando financeiramente e administrativamente a Petrobras, abre-se um espaço para as multinacionais assumirem o controle das reservas. A CPI não é o tema central, o grande problema é que ela está a serviço das multinacionais. E o pré-sal pode ser fundamental no enfrentamento da crise.

### O que significa a defesa da Petrobras pelo povo brasileiro?

A Petrobras é o maior exemplo de vitórias sociais do nosso povo. Tivemos muitas campanhas em defesa do petróleo, como por exemplo, “O Petróleo é nosso” que mobilizou o País e é uma campanha contínua. A defesa da Petrobras significa a defesa da soberania nacional, a defesa das lutas do nosso povo.

Federação Inter estadual de Sindicatos de Engenheiros

# JORNAL DA fisenge



Ano IV nº 31  
junho de 2009



Entrevista  
João Antônio de Moraes  
Página 8



## Mais de **100** parlamentares são cassados e movimento contra corrupção ganha força

O Comitê do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) lançou uma pesquisa apontando a cassação de mais de 100 parlamentares em 2009. E, do final de 2008 até março deste ano, mais de 300 políticos

foram cassados por corrupção eleitoral. O Comitê tem representação de entidades nacionais, como por exemplo, a Fisenge, OAB e CUT, que lutam pela transparência eleitoral e pelo combate à corrupção. **Páginas 4 e 5**

## Justiça intervém e impede demissões

O Senge-PR, filiado à Fisenge, com o apoio de outros sindicatos que representam os trabalhadores da empresa, conquistou na Justiça a revisão da decisão da Copel. Esta foi uma resposta a um programa de demissões voluntárias e de renovação de quadro pessoal lançado pela empresa. **Página 6**

## “Pensar o Brasil” define ações nacionais e lança quinta publicação

Foi realizada na Fisenge uma reunião nacional do projeto “Pensar o Brasil”. Durante a atividade, que contou com a presença dos coordenadores de núcleos de todo o País, foram definidas ações nacionais e também houve discussão sobre a organização e a atuação dos núcleos. Quinta publicação da série “Pensar o Brasil” e apoiado pelo núcleo do Rio de Janeiro, também foi lançado o livro “Setor Elétrico Brasileiro. Uma aventura mercantil”, de Roberto Pereira d’Araújo. A obra conta com prefácio escrito pelo professor Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da UFRJ. **Página 7**

## EDITORIAL

## Hora de ocupar espaços

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) lidera, desde 2007, importante processo no cenário político brasileiro: provoca, em todas as regiões do país, reflexões e debates sobre as grandes questões nacionais.

Entre muitos outros temas, a Província Petrolífera do Pré-Sal vem mobilizando os núcleos do projeto *Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação*. Foi realizado, com sucesso absoluto, a primeira discussão sobre o Setor Energético Brasileiro e suas aberrações, com a perspectiva de uma longa agenda abordando o tema, em todas as regiões, com destaque para a presença de um público tão diversificado quanto qualificado.

Concebido e desenvolvido, inicialmente, por Luiz Carlos Correa Soares, do Senge-PR e ex-presidente da Fisenge, o projeto *Pensar o Brasil* foi implantado em 2007, no Confea, no âmbito da sua Política de Articulação com a Sociedade. Um casamento perfeito.

Até março deste ano sob a Coordenação Nacional de Clovis Nascimento, Diretor do Senge-RJ e Secretário Geral da Fisenge, o projeto está atualmente sob a coordenação, em âmbito nacional, de José Carlos Xavier (Grafite), de Goiás. Idealizado como proposta de mobilização de trabalhadores, intelectuais, movimento sindical e demais segmentos para uma reflexão coletiva sobre as alternativas possíveis de um novo processo de desenvolvimento no país, hoje, o *Pensar o Brasil* tem o poder de engajar os mais diversos movimentos na qualificação desses debates.

A capilaridade do Sistema Confea/Creas/Mútua/Entidades permite, ainda, uma outra dimensão da proposta, que cresce e se enraíza nas parcerias com profissionais e organizações que integram o sistema. É visível o poder de mobilização a cada passo. É visível, também, o imenso desafio para sua consolidação na perspectiva que atualmente se coloca, de desenhar um projeto de nação com desenvolvimento sustentado e sustentável, com distribuição de renda e de oportunidades, com justiça e inclusão social e econômica.

Mas, o que, na prática, vem garantindo e sedimentando este processo é a avidez e a grande mobilização pelo debate. Fazer circular as informações, as pesquisas, os estudos e análises críticas na troca de ideias que apontem para novos caminhos é processo raro hoje em dia. Procura-se o debate de ideias! Procura-se a informação crítica e o interlocutor qualificado! Com o apoio de entidades parceiras, a legitimidade de lideranças combativas à frente de boa parte dos Creas, e também na Mutua, que apostam nas mudanças, o Confea abre portas, ocupa espaços e comemora avanços na perspectiva da construção coletiva das diretrizes de um novo modelo de desenvolvimento.

A diretoria

## Trabalhadores da Caixa saem vitoriosos

Os profissionais da Caixa, no último dia 17 de junho, finalizaram a greve que durou 50 dias. Um recorde, se comparada com as maiores greves de bancários da história, que não passaram dos 30 dias. "Além de ter sido de duração prolongada, foi a primeira vez que a carreira profissional fez uma greve isolada dos bancários", afirmou Mário Viana, do Sindicato dos Bancários da Bahia e negociador da greve. O quadro profissional da instituição agrega, principalmente, engenheiros, arquitetos, médicos, advogados, odontólogos, além de outras categorias de trabalhadores minoritárias, como administradores e jornalistas, por exemplo.

A proposta apresentada pela Caixa prevê o aumento imediato do piso salarial da categoria de R\$ 5.030 para R\$ 6.200, um acréscimo de cerca de 22%. Para os que já se encontram nos níveis intermediários da Carreira, o aumento chegou a 30%.

Outra importante vitória foi a indicação de que o piso salarial da categoria deve atingir o patamar de R\$ 6.600 a partir de janeiro. "Do ponto de vista econômico foi uma greve muito vitoriosa", afirmou Viana. No entanto, a avaliação não é a mesma sob o aspecto político. "Nossa intenção era unificar os três planos de carreira da categoria, o que não foi possível neste momento", disse o dirigente.

Mesmo assim, a proposta da Caixa foi amplamente aprovada no plano nacional, o que fez os trabalhadores retornarem imediatamente aos seus postos. "A luta continua, pois nosso objetivo de unificar a carreira permanece. Não foi possível neste momento, mas já tivemos um grande avanço nesta direção", completou Mário Viana.

## Membros da próxima diretoria da Mútua são eleitos

No último dia 16 de junho, dois dos cinco diretores da Mútua foram eleitos durante a 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes (CP) do Sistema Confea/Creas e Mútua, realizada em Boa Vista (RR). Apoiados pela Fisenge, os eleitos foram: o arquiteto José Wellington Costa, de Sergipe (com 23 votos) e o engenheiro civil, Geraldo Sena Neto, de Rondônia (17 votos). Também receberam votos o engenheiro agrônomo, Francisco de Almeida, de Goiás (10 votos) e o engenheiro civil, Mário Sérgio Dias, de Minas Gerais (04 votos). Ao todo, votaram 27 presidentes de CREAs.

Todo o processo é regulado pela Resolução nº 445, do Confea, de 25 de maio de 2000. Outras informações sobre as Eleições 2009 do Sistema podem ser acessadas na página da Comissão Eleitoral Federal (CEF).

## Debate interno mobiliza Senge-ES

A diretoria do Senge-ES iniciou a discussão sobre o Planejamento Estratégico (PE) para os próximos anos da gestão 2009-2011. De acordo com o diretor social, José Carlos de Assis, o planejamento tem o objetivo de estabelecer diretrizes para o próximo período, fortalecer o movimento sindical, conscientizar os profissionais pela valorização do profissional, atender aos encaminhamentos do planejamento da Fisenge e procurar mecanismos para implantar a lei do Salário Mínimo Profissional (SMP) nos órgãos públicos. "A nossa diretoria pretende trazer os profissionais para as atividades e discussões do Senge, alinhar as metas do sindicato junto aos profissionais e encontrar caminhos que façam os profissionais participarem do movimento sindical do Estado", concluiu Assis.

## Senge-PR: Eletrosul deve pagar promoções por antiguidade

Obrigada a pagar promoções por tempo de serviço, a Eletrosul foi condenada pela Justiça do Trabalho de Curitiba. Embora em primeira instância, com a decisão, a empresa terá que respeitar o plano de carreira, cargos e salários dos profissionais, implantado em 1997.



FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente;** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente;** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro;** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário Geral;** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - **Diretor de Relações Sindicais;** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo;** Eduardo Medeiros Piazzera - SC - **Diretor Executivo;** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo;** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo Coordenadora de Comunicação;** Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Camilla Marins MTB: 47.474-SP; **Colaboração:** Silvana Sá **Diagramação:** Stefano Figalo; **Fotos:** Arquivo FUP **Tiragem:** 2.000 exemplares; **Impressão:** Gráfica Falcão; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **E-mail:** fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br



## Seagro-SC luta por novas conquistas na negociação salarial

Desde abril, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos (Seagro) de Santa Catarina vem trabalhando a campanha salarial. Com as cooperativas e agroindústrias, as negociações foram concluídas agora em junho, com reajuste baseado no INPC integral do período (5,83%), garantindo a renovação das cláusulas das Convenções Coletivas de 2008, com destaque para a cláusula do salário mínimo profissional, bem como a garantia de extensão aos engenheiros agrônomos de qualquer outro benefício que vier a ser concedido à categoria preponderante.

Já nas empresas públicas, durante os mesmos dois meses, não houve inicialmente nenhum avanço, nem sequer a definição de um negociador por parte do Governo. Somente agora, em junho, foi indicado um negociador que, primeiramente, apresentou proposta de reajuste zero e, na sequên-

cia das pressões, concedeu o INPC integral retroativo a maio. "A proposta demonstra a falta de vontade política e o descaso do Governo com a agricultura catarinense", afirmou o engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa, presidente do Seagro-SC. Em 2007 e 2008, o Acordo só foi assinado no final dos respectivos anos. A Diretoria do Seagro avaliará a proposta e os cenários em sua reunião do Conselho Deliberativo e, posteriormente, em assembleias regionais até o final de junho. "Uma grande conquista do Seagro foi garantir na Justiça o salário mínimo profissional também nas empresas públicas da administração indireta", completa Jorge Dotti. Paralelo à campanha salarial, o Seagro concentra esforços na Comissão Paritária que está revisando o Plano de Cargos e Salários, já que o atual levou ao fim da carreira profissional da categoria, causado pelo achatamento salarial.

## Trabalhadores do setor elétrico ganham força em Rondônia

O Senge-RO, em conjunto com o Sindicato dos Urbanitários (Sindur), realizou uma paralisação de 24 horas no setor elétrico, no dia 8 de junho. O trabalho foi suspenso na Ceron e na Eletronorte e apenas os serviços essenciais estavam funcionando, enquanto o movimento ganha força em todo o Estado. Atendendo a uma pauta do Comando Nacional dos Eletricitários (CNE), a paralisação tem o objetivo de pressionar a Eletrobrás no processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

De acordo com secretário-geral do Senge-RO e membro da Diretoria Executiva da Fisenge, José Ezequiel Ramos, não é possível avançar nas negociações enquanto a Eletrobrás mantiver uma postura irredutível na garantia de direi-

tos. "No entendimento dos dirigentes sindicais do Senge e do Sindur, se os prepostos da Eletrobrás vão para a me-

**"Caso não avancem as negociações, é possível decretarmos greve por tempo indeterminado".**

*José Ezequiel*

sa de negociação com este tipo de postura, então não há como negociar. Em consequência, esta atitude leva os sindicatos a não terem outra alternativa a

não ser propor para a categoria, a qual representa, a paralisação. E foi exatamente isso que aconteceu", declarou.

Durante as negociações, houve um enorme retrocesso em relação às discussões do ACT 2009, pois nem a manutenção do ganho real foi aceita pela Eletrobrás. Juntamente com o CNE, os sindicatos aprovaram os indicativos de mobilizações. "Caso as negociações não avancem, não descartamos a possibilidade de greve por tempo indeterminado", afirmou José Ezequiel.

### Mobilização em Julho:

- 06 a 08 - 72 horas de paralisação.

### Sindicatos filiados



senge



CAPA/TRANSPARÊNCIA

# Cresce combate à corrupção eleitoral

A cassação de mais de 100 parlamentares só em 2009 demonstra o compromisso do MCCE com a ética na política.



Em maio deste ano, o Comitê do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a Fisenge faz parte, publicou dados finais de uma pesquisa realizada com base nas informações da Corregedoria Geral do TSE, sobre as cassações de vereadores, prefeitos e vices, relacionadas ao pleito de 2008.

Os números mostraram um aumento significativo de prefeitos e vereadores cassados desde 2000, resultado de um trabalho que vem ganhando força e se

solidificando ao longo do tempo. Em 2000, 40 prefeitos foram cassados. Em 2004, o número subiu para 71, até atingir os 119 das últimas eleições.

A Fisenge é representada no MCCE pelo diretor financeiro Renato Andrade. Ele acredita que a força do movimento está na composição de seu comitê, que tem diversos representantes de entidades reconhecidas por sua atuação no campo da esquerda nacional. Entre essas entidades estão o Confea, a CUT e a OAB. “A Fisenge enquanto entidade formadora de opinião e participante da coordenação do MCCE divulga a campanha e envolve os Senges ao movimento”, afirmou Renato Andrade.

Este ano, o MCCE, embasado por juristas da área, iniciou a Campanha Ficha Limpa, cujo objetivo é impedir que se candidatem às eleições cidadãos

que tenham se envolvido em processos criminais, mesmo sem terem sido ainda declarados culpados, ou tenham sido acusados em primeira instância, mesmo que a decisão não seja definitiva. Uma ação concreta foi a produção de um documento intitulado “Presunção de inocência: não aplicação às normas sobre inelegibilidade”, sustentado pelos seguintes juristas: Aristides Junqueira,

**“A Fisenge, por meio dos Senges filiados, mobiliza a sociedade em busca das assinaturas”.**

**Carlos Bittencourt**

## Pesquisa revela que mais de 300 políticos foram cassados por compra de votos nas eleições 2008

Mais de 300 políticos foram cassados por corrupção eleitoral em 2008, de acordo com pesquisa “Prefeitos e Vereadores cassados por Corrupção Eleitoral”, realizada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Com base em dados da Corregedoria Geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a pesquisa mostra que, apenas do final de 2008 até março deste ano, 357 políticos, entre pre-

feitos, vice-prefeitos e vereadores foram cassados por compra de votos.

Ainda de acordo com levantamento da Corregedoria Geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mais de 4 mil processos relacionados à corrupção eleitoral ainda estão em aberto. Deste total, 3.124 são processos sobre compra de votos no último pleito. Em 2006, foram 1.100 casos.

### Como funciona hoje

Atualmente, os candidatos têm condições em que constam todos os dados. No entanto, estas informações só são acessíveis se os eleitores tiverem conhecimento prévio de quem tem ficha suja, ou seja, quem foi condenado na Justiça por irregularidades nas eleições pode ser mais favorável com a formação de melhores q

**“A certeza da impunidade leva as pessoas a cometerem atos que infringem a ética. O MCCE significa um instrumento fiscalizador de pressão popular”.**

**Renato Andrade**

Augusto Aras, Celso Antônio Bandeira de Mello, Edson de Resende Castro, Fábio Konder Comparato, José Jairo Gomes, Hélio Bicudo, Mário Luiz Bonsaglia, Marlon Jacinto Reis e Ricardo Wagner de Souza Alcântara.

O posicionamento baseia-se no fato de que a inelegibilidade, que é o pedido do MCCE, não caracteriza punição, mas ato preventivo. Para Renato Andrade este é mais um passo decisivo em direção à transparência e ética nas eleições e na política nacional. “Geralmente, a certeza da impunidade leva as pessoas a cometerem atos que infringem a ética e o MCCE significa um instrumento fiscalizador de pressão popular. Deste modo, o voto tende a ser mais qualificado, elegendo gestores comprometidos com políticas públicas e que também possam propor políticas na própria engenharia, favorecendo saneamento, habitação, mobilidade urbana, entre outras ações”, declarou o Renato.

Um dado importante, e que precisa ser levado em conta, é que todas as ações do MCCE são tomadas a partir da

iniciativa popular. Campanhas e projetos só são encaminhados ao Congresso e outras instâncias da vida política nacional depois de terem assinaturas de cidadãos.

Exemplo disso é a própria Campanha Ficha Limpa, que se tornou Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Só em Brasília já foram coletadas mais de 20 mil assinaturas, o que representa mais de 1% dos eleitores do Distrito Federal. Em março, foi divulgado o primeiro balanço de assinaturas coletadas que, na ocasião, ultrapassavam a marca de 640 mil. O Projeto de Lei precisa de 1,3 mi-

lhão de assinaturas para ser validado. “A Fisenge, através dos Senges filiados, mobiliza a sociedade por meio da coleta de assinaturas. Deste modo, a entidade contribui para a redução da corrupção e luta pela transparência eleitoral e pela qualificação do voto”, disse o presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt.

## Como denunciar

É dever de todo cidadão e cidadã denunciar atos de corrupção, como compra de votos ou desvios administrativos com fins eleitorais. Basta que os promotores eleitorais, por meio do Ministério Público Eleitoral (MPE), sejam informados. A partir daí, o MPE solicitará à Justiça Eleitoral punição aos candidatos infratores. Também é possível encaminhar a denúncia à polícia e ao juiz eleitoral.

## O que é a Lei 9840?

Promulgada em 1999, a lei foi criada com a força da população brasileira, que coletou mais de um milhão de assinaturas, dando origem à lei de iniciativa popular. A Lei autoriza a cassação do registro da candidatura ou do diploma de políticos que praticarem as irregularidades previstas, além do pagamento de multa. Ao combater a compra de votos e o uso da máquina administrativa, cumpre um papel fundamental para a conquista de um sistema político mais democrático. Antes da Lei 9840, o Direito Eleitoral Brasileiro não contemplava punição eficaz para estes crimes.

Saiba mais: [www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br)

m de apresentar ao TSE certos processos a que responsabilidades não são divulgadas. Se antes de apresentar os candidatos não houve conhecimento prévio dos candidatos que sofreram processos ou foram denunciados por irregularidades, o resultado das eleições não é transparente e democrático à sociedade brasileira. Os quadros políticos no País.



## RECONHECIMENTO

## Valorização profissional também é um direito

“O que qualquer trabalhador do mundo reivindica? Trabalho e salário dignos e reconhecimento pelo seu trabalho. Estas reivindicações são iguais em qualquer parte do mundo, embora a atual sociedade preserve a lógica do capital e se preocupe mais com o salário”, disse Vicente Trindade, ao explicar o programa especial de Valorização Profissional do Sistema Confea/Creas, do qual é coordenador.

De acordo com Vicente, o projeto surgiu a partir de uma constatação simples: “Quando você está doente, quem você pensa em procurar? Quando você tem uma causa jurídica, quem você procura? Quando você precisa reformar sua casa, quem você procura?”, ele questionou. Ainda segundo o coordenador, em resposta à última questão, ele exemplifica: “Com o reforço de estudos geológicos dos solos, talvez pudéssemos ter evitado tragédias, como a ocorrida em Santa Catarina, onde inúmeras casas e vidas foram perdidas”.

As definições dos questionamentos acima mostraram que o Sistema Confea/Creas - um dos maiores sistemas profissionais do mundo - deveria ter um projeto que repercutisse no reconhecimento do valor de seu profissional pela sociedade. Coerentemente, o Colégio de Entidades Nacionais do Confea - CDEN, do qual a Fisenge participa, definiu em seu Planejamento Estratégico, como missão, a valorização profissional no Sistema Confea/Creas e Mútua.

Nesta linha, o programa tem como objetivo definir e implementar uma política permanente de desenvolvimento das potencialidades dos profissionais e de suas obras e promover o fortalecimento das entidades. “O programa mostra que o capital não deve ser o único balizador de nossas ações. Por exemplo, se o engenheiro tivesse seu valor reconhecido pela sociedade, não precisaríamos lutar tanto pela aplicação da Lei 4950-A/66 do salário mínimo profissional (SMP). As empre-

**O Fórum Nacional de Valorização Profissional será lançado na 66ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia (SOEAA)**

sas não pagam, porque não reconhecem o valor do engenheiro”, afirmou Vicente.

Está previsto o lançamento do Fórum Nacional de Valorização Profissional na 66ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia (SOEAA), a ser realizada em Manaus onde deverão ser discutidas e implementadas as estratégias de lutas do programa, pelas categorias que compõem o Sistema Confea /CREAS e Mútua.

## Copel tenta demitir trabalhadores, mas justiça intervém

Senge-PR apresentou pedido de revisão da decisão da empresa

No dia 22 de maio, o Senge-PR entrou com uma petição na Justiça, subscrita por 12 entidades sindicais, contra a decisão da Cia. Paranaense de Energia (Copel) que lançou um programa de demissões voluntárias e de renovação dos quadros de pessoal. O problema é que a medida é voltada especificamente para cerca de 700 trabalhadores que requereram aposentadoria junto ao INSS ou são aposentáveis. Desses, 52 são engenheiros.

A vitória veio no dia 26 do mesmo mês. A Justiça acatou o pedido do sindicato e decidiu proibir a Copel de demitir os trabalhadores, sob pena de multa de R\$ 10 mil por cada trabalhador dispensado. A juíza do Trabalho, Célia Regina Marcon Leindorf, que assina a decisão liminar, determina ainda que a multa, caso tenha de ser aplicada, “será revertida em benefício dos porventura dispensados”.

“A decisão dá garantia de emprego a

esse universo de trabalhadores, que só pode ser rompida com justa causa”, explica a advogada Giani Amorim, assessora jurídica do Senge-PR e autora da ação, impetrada em conjunto com os demais Sindicatos de trabalhadores da Copel.

### Histórico

Em meados de abril, a Copel lançou um programa de “renovação de quadro de pessoal”, que trazia como premissa básica a demissão e afastamento de funcionários aposentados ou aposentáveis. Diante da situação, o Senge-PR, com apoio da Fisenge e de outros sindicatos que representam os trabalhadores da empresa, entraram na justiça pedindo a revisão da decisão da Copel. O prazo dado pela empresa para que os trabalhadores se desligassem voluntariamente era 15 de março de 2010.

A empresa afirma que a medida possibilitaria a realização de concursos públicos. O Senge-PR, por sua vez, entendeu que a medida é discriminatória, por ser focada nos aposentados. O diretor da Fisenge e secretário-geral do Senge-PR, Ulisses Kaniak, afirma que os impactos para a empresa seriam mínimos se não houvesse tal medida. “A estimativa é de que a maioria desses trabalhadores, num prazo máximo de quatro anos, se desligará da empresa sem grandes impactos e feliz com seu benefício de aposentadoria”, ele declarou.

Cerca de 250 trabalhadores da Copel e seus sindicatos, incluindo o Senge-PR, saíram em passeata pelas ruas de Curitiba no dia 23 de maio para protestar contra o posicionamento da empresa. “Com as demissões ilegais, o governo deixa evidente a enorme distância entre seu discurso e sua prática”, afirmou o presidente do Sindicato, Valter Fanini.

## UM PROJETO DE NAÇÃO



Carlos Bittencourt, presidente da Fisenge, em conjunto com os coordenadores, debateu sobre intervenção do "Pensar o Brasil"

## “Pensar o Brasil” define estratégias de atuação nacional.

Certamente, todos nós já pensamos sobre o nosso País. Mas há quem vá além e pense na construção do futuro da nação. Por meio do projeto “Pensar o Brasil”, desenvolvido pelo Sistema Confea /Creas/Mútua/Entidades, é possível pensar um projeto de desenvolvimento nacional. Parte deste processo foi revisto e reafirmado no plenário da Fisenge, no Rio de Janeiro, dia 18 de junho, quando aconteceu a reunião nacional dos coordenadores de núcleos do “Pensar o Brasil” de todo o País.

Durante o evento foi discutida a organização crescente dos núcleos, a concretização e a replicação das ações nacionais e a elaboração de um calendário nacional de atividades pautado pelos temas: “A partir dos eixos temáticos do projeto, avançamos na proposta de uma apresentação de programa de governo com intervenção das áreas do Confea, a ser entregue aos candidatos que concorrerão às eleições de 2010. Neste documento, apresentaremos um novo projeto de desenvolvimento para o País. Não somente desenvolvimento ambiental, como também distribuição de renda e um desenvolvimento social, sustentável e inclusivo, a fim de garantir um futuro melhor para o povo brasileiro”, afirmou o coordenador nacional do “Pensar o Brasil”, José Carlos Xavier (Grafite). Também foi decidida a realização de um Seminário Nacional, além do encontro mensal dos núcleos compro-

metidos com a realização de dois seminários por ano.

Coordenadores de onze estados - Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina - foram recebidos pelo presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, que comemorou, com entusiasmo, a realização do encontro. “É uma honra receber pessoas comprometidas com um projeto tão importante. Inclusive, na avaliação da Fisenge, este é um dos mais importantes projetos do Confea, porque promove a discussão e a possibilidade da formulação de políticas públicas que poderão ser encaminhadas ao governo e também para os futuros candidatos à Presidência da República e a Governadores de Estado”, afirmou Bittencourt.

## Outra visão de sociedade

O principal objetivo do projeto é a produção de uma série de estudos e documentos que instrumentalizem e permeiem a inserção do Sistema na construção de uma visão abrangente de sociedade. A proposta é possibilitar a discussão com os mais diversos segmentos sociais e movimentos para a formulação de políticas públicas que garantam qualidade de vida, acessibilidade e igualdade. É importante dizer que também há uma

grande contribuição na inserção do Sistema Confea/Creas/Mútua/Entidades no projeto de construção de uma nação soberana, justa, democrática e solidária. Os debates e seminários devem ser incluídos no calendário do Confea, dos Creas e de entidades nacionais constitutivas do Sistema, bem como instituições de ensino ou organizações sociais.

## Debate sobre setor elétrico mobiliza especialistas

Um belo e forte exemplo do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Confea, por meio do *Pensar o Brasil*, aconteceu no dia seguinte ao encontro na Fisenge, com o lançamento do livro *Setor Elétrico Brasileiro, Uma Aventura Mercantil*, assinado pelo Engenheiro Eletricista Roberto Araújo, no auditório da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho apresenta uma visão bastante crítica do atual modelo energético do Brasil, prova que a energia em nosso país é a mais cara do mundo e aponta caminhos para um novo modelo.

Com prefácio do diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, presente ao lançamento, o destaque do evento foi o rico e histórico debate realizado com a participação de trabalhadores, acadêmicos e gestores públicos extremamente qualificados e com larga experiência na área de energia. Na mesa de abertura, além de Roberto Araújo e Pinguelli Rosa, o Coordenador Nacional do projeto *Pensar o Brasil*, José Carlos Xavier.

Para o autor, o setor elétrico brasileiro se insere numa conjuntura energética global complexa. Temos hoje dois desafios inéditos e de extrema gravidade: dúvidas quanto ao horizonte de duração das reservas mundiais de petróleo e alterações ambientais em larga escala. “Muito provavelmente assistiremos a períodos de grandes incertezas nunca antes observados.”, prevê Roberto Araújo.

Ávidos pelo debate e comemorando o grande reencontro de pessoas que há anos estudam o setor elétrico brasileiro e que hoje não mais identificam espaços possíveis para a troca de ideias, houve consenso entre os presentes da necessidade absoluta de se garantir este espaço em todos os estados brasileiros. “Não tenham dúvida, o *Pensar o Brasil*, no âmbito do Confea, existe exatamente para cumprir este papel de levar o debate das grandes questões nacionais a todo o país e este compromisso assumimos agora, de lançar *Setor Elétrico Brasileiro, Uma Aventura Mercantil*, com a presença de Roberto Araújo provocando o debate, em todos os estados brasileiros”, afirmou o Secretário Geral da Fisenge, Clovis Nascimento, que foi, até março de 2009, o Coordenador Nacional do Projeto *Pensar o Brasil*.